

BOLETIM AMBIENTAL

LIONS CLUBE DE ILHA SOLTEIRA

ILHA SOLTEIRA, SP – DISTRITO LC 8, REGIÃO C, DIVISÃO C 2

EDIÇÃO SEMESTRAL – Nº 1 – 2016-2017

LIONS CLUBS INTERNATIONAL
300 W 22nd STREET
OAK BROOK, ILLINOIS
60523-8842 – USA

www.lionsclubs.org

Presidente Internacional
CL Robert Ewing Corlew

Governador do Distrito LC 8
CL Antonio Geraldo Montanhez
Rua Japão, 68 – CEP 16880-000
Valparaíso/SP
toninhomontanhez@hotmail.com

Presidente do Lions Clube de Ilha Solteira
CaL Sheila Irabi Mahmoud Garcia
sheilaimgarcia@gmail.com

Comissão de Meio Ambiente
CCLL Benedito C. de Oliveira; CL Domingos Koshiyama; CL Cláudio Luiz Carvalho; CL José William da Costa; CL Hélio Gerolin; CaL Beti Liege Muniz Gerolin; Jean R. D. Marinho

EXPEDIENTE DO BOLETIM AMBIENTAL

Editor: CL Jean R. D. Marinho
Passeio Caconde 304
CEP – 15385-000, Ilha Solteira – SP
e-mail: jeanlions55@gmail.com

PALAVRA DO EDITOR

Considerações sobre opiniões famosas

Victor Hugo, escritor francês, nascido no início do século XIX, famoso por suas obras, entre elas Os Miseráveis, foi ainda dramaturgo, ensaísta, poeta, artista e ativista pelos direitos humanos de grande atuação política em seu país.

Entre outras frases, ele disse uma vez que a natureza fala e o gênero humano não ouve.

Estaria ele falando da agressão continuamente sofrida pelo ambiente pelas atividades industriais e expansionistas humanas? Acho meio difícil, uma vez que a Revolução Industrial estava começando e, naquela época, sem o advento do plástico, automóveis, extrativismo acelerado e energia atômica, seria pouco provável que se fizessem projeções catastróficas para a segunda metade do século XX. Além disso, Victor Hugo não se destaca por suas atividades proféticas.

O que ele provavelmente estaria pensando está relacionado a um problema muito mais antigo associado à civilização, ou seja, o *afastamento do homem da comunhão com Gaia*, a total falta de harmonia do homem com o seu ambiente. O fato, porventura alarmante, do homem considerar-se um caso à parte neste planeta, como se o ambiente fosse uma coisa e a civilização outra. Como se o planeta estivesse aqui para que ele espremesse tudo o que pode, para que ele o emporcalhasse, sem que disso adviessem consequências contra ele próprio.

Pelo menos nessa linha, Victor Hugo foi profético, pois não é necessário ser nenhum gênio para concluir que, uma vez que haja uma ação a reação igual e contrária é esperada, portanto, estamos vendo hoje um pouco dessa reação nas inversões climáticas e nas consequências diretas que advém dela.

Enquanto houverem risos de escárnio a esses pensamentos, correremos sérios riscos de extinção.

CL Jean R. D. Marinho



Prometeu roubou o fogo dos Deuses e o deu aos homens. Por isso foi castigado.

SERÁ QUE TEMOS MATURIDADE SUFICIENTE PARA POSSUIR ESSE SABER?

O ZINCO



Zinco metálico

O zinco (Zn) é um metal de coloração branca azulada pouco abundante na crosta terrestre, porém pode ser obtido com facilidade. Não é encontrado na natureza na forma metálica, mas sim combinado com outros elementos como o Oxigênio e o Enxofre.

As jazidas mais ricas contêm cerca de 10 % de ferro e entre 40 a 50 % de Zinco. Os minerais dos quais se extrai o zinco são a esfalerita (sulfetos), smithsonita (carbonatos), hemimorfita (silicato) e franklinita (óxido).



Esfalerita (sulfeto de zinco)

<http://www.geoaprendo.com/2014/09/esfalerita-sphalerite-mineral.html>

O zinco é empregado na fabricação de ligas metálicas como o latão e o bronze, além de ser utilizado na produção de telhas e calhas residenciais. O zinco é, ainda, utilizado como metal de sacrifício para preservar o ferro da corrosão em algumas estruturas, na produção de pilhas secas e como pigmento em tinta de coloração branca. As ligas metálicas de zinco têm sido utilizadas durante séculos – peças de latão datadas de 1.000 a 1.400 a.C. foram encontradas em Israel e outros objetos com até 87 % de zinco foram achados na antiga região da Transilvânia.

A principal aplicação do zinco – cerca de 50 % do consumo anual – é na galvanização do aço ou ferro, para protegê-los da corrosão, ainda é usado como metal de sacrifício para proteger estruturas metálicas submersas ou enterradas.



Smithsonita (carbonato de zinco)

<https://pt.wikipedia.org/wiki/Smithsonita>

O zinco é um elemento químico essencial para a vida: intervém no metabolismo de proteínas e ácidos nucleicos, estimula a atividade de mais de 100 enzimas, colabora no bom funcionamento do sistema imunológico, é necessário para a cicatrização de ferimentos, intervém nas percepções do sabor e olfato e na síntese do ADN. O metal é encontrado na insulina, nas proteínas *dedo de zinco* e em mais de 300 enzimas que requerem o zinco para seu funcionamento normal, além disso está presente nos leucócitos e hemácias do sangue, retina do olho, pele, fígado, rins, ossos e pâncreas. Um corpo humano normal possui 2 a 3 gramas de zinco.



Hemimorfita (silicato de zinco)

<https://pt.wikipedia.org/wiki/Hemimorfita>

Diversos alimentos contêm zinco como as ostras, carnes vermelhas, aves, alguns pescados, mariscos e favas. A ingestão diária recomendada de zinco é em torno 10 mg para um ser humano adulto. A deficiência de zinco pode produzir retardamento no crescimento, perda de cabelo, diarreias, impotência sexual e imaturidade sexual nos adolescentes, apatia, cansaço e depressão, lesões oculares e de pele, inclusive acne, unhas quebradiças, amnésia, perda

de apetite, perda de peso e problemas de crescimento, aumento do tempo de cicatrização de ferimentos e anomalias no sentido do olfato. O alcoolismo e desordens digestivas dificultam a absorção do mineral, que é eliminado pela urina.



Franklinita (óxido de zinco)

<http://www2.uned.es/cristamine/fichas/franklinita/franklinita79.htm>

Na agricultura, o zinco é empregado como suplemento nutritivo para promover o crescimento das plantas. Embora não seja considerado tóxico, existem sais de zinco cuja ingestão provoca náuseas e diarreia. A inalação de óxido de zinco pode provocar lesão pulmonar e o seu excesso no organismo pode estar associado a baixos níveis de cobre, alterações na função do ferro e diminuição da função imunológica e dos níveis de HDL.

Fonte: Wikipedia em <https://pt.wikipedia.org/wiki/Zinco>

MEIO AMBIENTE É DESAFIO NO SÉCULO XXI

Diante de uma sociedade capitalista, são elevados os investimentos nos setores industrial e tecnológico pela busca desenfreada do desenvolvimento econômico, intensificando a crise ambiental no qual a natureza sofre com os impactos negativos. O meio ambiente é a mercadoria geradora de lucros, agravando os problemas socioambientais relacionados à sustentabilidade da escassez dos recursos hídricos, energia, poluição, biodiversidade, mudanças climáticas e crescimento populacional.

Atualmente, existe uma maior preocupação com os problemas ambientais, em que o governo e sociedade buscam infinitas soluções que possam ser colocados em prática através de novos modelos de gestão ambiental, implementação de políticas públicas simples, projetos e acordos, a fim de que todos possam ter acesso a estas novas propostas com foco no desenvolvimento sustentável, visando a mitigação e prevenção dos problemas ambientais.

Infelizmente, percebo que as discussões em torno das questões ambientais, na tentativa de incutir na população uma conscientização a respeito do tema, além de ainda serem poucas, acontecem de forma fragmentada. O ser humano acredita que está imune a tais adversidades, competindo a ele apenas fiscalizar, controlar e fazer uso dos recursos. Mas, como podemos contribuir com um meio ambiente sustentável?

É preponderante ao processo, mudanças de hábitos e atitudes, pois implica no papel de cidadão, no cumprimento de seus direitos e deveres. Parece simples, mas é de fato uma realidade difícil de superar, pois o ser humano é resistente a qualquer modificação em sua forma de viver e muitas vezes só aprende, ou talvez não, com a punição, como

é o caso do Rio de Janeiro, que lançou este mês o Programa Lixo Zero que penalizará quem for flagrado jogando lixo no chão. É óbvio que a aplicação de multas não resolverá o problema, mas fará o cidadão refletir sobre o seu ato.

Também é essencial a ampliação de informações, debates e ações que sigam em direção a uma educação que possa interagir o ser humano ao seu ambiente real, levando-o a refletir diretamente no problema que o envolve. Há necessidade de uma democracia participativa, em que a população não apenas contribua para preservar o meio ambiente, mas fiscalize as políticas ambientais do governo e denuncie as irregularidades e os crimes ambientais que cheguem ao seu conhecimento.

O campo educacional assume o desafio de impulsionar as transformações ambientais através da formação de valores de sustentabilidade, pois sobre esta perspectiva, enfatizo que a maior conscientização sobre a temática ambiental está principalmente na população jovem, o que torna ainda mais importante, pois ela apresentará novas posturas diante dos novos paradigmas de educação.

A democratização de discussões sobre as questões ambientais, principalmente com o uso das ferramentas das mídias sociais, propicia a repercussão imediata de atitudes corretas e a divulgação de ações ambientais positivas a toda população, iniciando pelo ambiente escolar, pois como já afirmei os jovens serão os responsáveis pela transformação social e a base para a conscientização de todos contra a degradação ambiental visando um novo modelo de sociedade sustentável.

Joelma Maria Lopes Rodrigues Ruano é professora do Colégio Arbos, em Santo André

RD Reporter Diário, <http://www.reporterdiario.com.br/noticia/406863/meio-ambiente-e-desafio-no-seculo-21/>; 19/06, 20:57



Fonte: <http://aguacorrenteong.wordpress.com/2009/08/31/momento-charge/>



Vista aérea da Cidade do México



Elefante morto por caçadores



Floresta amazônica em chamas e cabras pastando



Fumaça do tráfego aéreo sobre Londres

A Grande Folia Humana



Caminhão leva carga de areia petrolífera



Fazendeiro não suporta o odor do Rio Amarelo na Mongólia Interior



Usina de incineração de lixo em Bangladesh



Incêndio em floresta no Colorado – consequência direta do aumento na temperatura mundial



Mineração de areia petrolífera em Alberta - Canadá



Los Angeles à noite – a demanda de energia é incalculável



Floresta abatida no Oregon para construção de uma barragem



Estufas a perder de vista na Espanha

A Grande Folia Humana



Caçadores posam com pele de tigre siberiano



A maior mina de diamantes do mundo em Mir - Rússia



Albatroz morto (a foto fala por si)



Outra megalópole: Nova Délhi na Índia



Um começo de "black-Friday" em Idaho - EUA



Toneladas de aparelhos eletrônicos acabam em países do terceiro mundo devido a seus metais preciosos



Ex-floresta no Canadá



Cemitério de pneus em Nevada – EUA

A Grande Folia Humana



Incêndio em central elétrica próximo a Fukushima



Urso polar morto de fome em Svalbard - Noruega



Até a última gota – campo petrolífero na Califórnia



Queda d'água sobre uma banquisa – geleiras derretendo



Usina de processamento de linhito



O surfista indonésio Dede Surinyna surfa em um mar de lixo em Java, na Indonésia



Maldivas, um paraíso quase perdido pelo risco de submersão

Fotos de Foundation for Deep Ecology

Quando a última árvore for abatida, o último rio envenenado e o último peixe pescado então o homem perceberá que o dinheiro não pode ser comido.

Essa citação, atribuída ao chefe Apache Gerônimo (1829 – 1909) torna-se uma realidade cada vez mais brutal. Mesmo hoje, muitas pessoas ainda não estão conscientizadas ou não aceitam as consequências de nosso estilo de vida.

A natureza pode suprir todas as necessidades do homem, menos a sua ganância (Mahatma Gandhi).

**“O futuro da humanidade e da vida na Terra é muito incerto. Estamos em risco de nos destruímos à conta da nossa cobiça e da nossa estupidez.”
(Stephen Hawking)**



Enquanto as revistas e cadeias de TV falam da vida das celebridades, o Chefe da tribo dos “Kaya po” recebeu a pior notícia da sua vida: Dilma, a presidente do Brasil, deu a sua aprovação para a construção de uma enorme central hidroelétrica (a terceira maior do mundo). A barragem inundará cerca de 400.000 hectares de floresta. É a sentença de morte para todos os povos que vivem junto das margens do rio. Mais de 400.000 Índios terão de encontrar novos lugares para viver. A destruição do habitat natural, a deflorestação e o desaparecimento de muitas espécies são um facto!

Nós sabemos que uma imagem vale por mil palavras, e mostra o verdadeiro preço a pagar pela “qualidade de vida” dos nossos modos de vida “modernos”.

Já não há mais lugar, no mundo em que vivemos, para aqueles que vivem de modo diferente, que tudo tem de ser nivelado, que cada um, em nome da mundialização, deve perder a sua identidade, a sua maneira de viver.

Nota do autor do blog: Esta imagem indigna por demais. Para onde vai a humanidade com a sua ganância e loucura? – É preciso travar os loucos que desgovernam o mundo sem se importarem na com a nossa «casa comum» a «Mãe Terra», a nossa «Gaia». Então a aposta em outras fontes de energias não é possível, sem que se ponha em causa o habitat das pessoas e dos animais? – O Brasil era campeão na aplicação dessas energias, mas afinal, enveredou pelo caminho da loucura igual aos outros. Temos pena. Muita pena.

Fonte: <http://jlrdriguez.blogspot.com.br/2014/06/a-loucura-humana-nao-tem-limites.html>

Ekos Brasil

O que é a Ekos Brasil?

O Instituto Ekos Brasil é uma entidade sem fins lucrativos criada em 2001 para proteção da biodiversidade e promoção da sustentabilidade. Ele atua junto a entidades privadas e públicas na geração e difusão de conhecimento e práticas sustentáveis em áreas relevantes, entre elas as Unidades de Conservação, as energias renováveis, mudanças climáticas, remediação de áreas contaminadas e investimentos de impacto.

Vamos conhecer um pouco as atividades dessa entidade.

Inventário de gases de efeito estufa do município de São Paulo

São Paulo teve como meta para 2012 a redução de 30% das emissões dos gases de efeito estufa medidas no inventário de GEE de 2003. O inventário é parte da política municipal de combate às mudanças climáticas e é importante para o conhecimento detalhado das fontes de emissão, seu monitoramento e o planejamento de políticas de redução das emissões municipais destes gases, e deve ser atualizado constantemente.

O EKOS BRASIL elaborou o novo inventário de emissões e remoções antrópicas de gases de efeito estufa do Município de São Paulo.

- **Objetivo:** O novo inventário mostra a evolução das emissões do município permitindo o monitoramento da política de mudanças climáticas.

- **Atividades:** A metodologia básica a ser utilizada para o novo inventário é aquela aprovada pelo Painel Intergovernamental de Mudanças Climáticas (IPCC) da Organização das Nações Unidas, o que permitirá comparação dos resultados com outras cidades do mundo.

- **Parceiros:** Os trabalhos foram financiados pelo Banco Mundial a favor da Secretaria do Verde do Município da Prefeitura de São Paulo; contaram também com a participação da Geoklock e de professores do Instituto Astronômico e Geofísico e da Escola Politécnica da USP.

- **Resultados:** Além de diversos dados e análises, o estudo contribuiu para o desenvolvimento de estratégias de redução de gases de efeito estufa no município. O que se verificou neste período em São Paulo foi um aumento de emissões. Para que a cidade cumpra com a legislação em vigor, serão necessários esforços no sentido de reduzir os impactos causados fundamentalmente pelo setor Energia, secundado pelo setor Resíduos.

Plano de monitoramento e gestão dos impactos da visitação de unidades de conservação (SP)

Mais de dois milhões de pessoas visitam os Parques Estaduais e demais Unidades de Conservação (UC) de São Paulo a cada ano. Este volume de visitação não é tão significativo se pensarmos que é distribuído pelo número de UC abertas à visitação e se o compararmos ao potencial de visitação. Contudo pode ter impactos importantes na preservação das UC dadas a falta de uma política pública efetiva de gestão, a distribuição ineficiente dos recursos

disponíveis e a falta de programas de monitoramento dos impactos da visitação.

A visitação pública de áreas naturais protegidas pode ter impactos negativos sobre os recursos naturais, que podem ser agravados em áreas sem planejamento e estrutura mínima para comportar o uso pelos visitantes. A crescente demanda por visitação de áreas naturais nas UC e a pressão sobre o ambiente natural gerou a necessidade da criação de um programa padronizado, integrado e efetivo de monitoramento dos impactos da visitação nas trilhas e atrativos destas Unidades, bem como a necessidade de elaborar uma política pública para o tema.

O Ekos Brasil está avaliando os instrumentos e métodos já existentes, julgando sua adequação às realidades das UC e aproveitando o que de melhor cada instrumento oferece – adaptando-o quando necessário – na construção de um programa de avaliação e gestão dos impactos socioambientais da visitação pública nas UC do Estado de São Paulo.

Projeto Jufari

A destruição das florestas corresponde a cerca de 30% das emissões brasileiras de gases de efeito estufa causadores das mudanças do clima. Por outro lado, a floresta tropical ainda existente estoca 1.000 bilhões de toneladas de CO₂, aproximadamente o dobro daquilo que já se encontra na atmosfera. A precificação do carbono estocado na floresta de pé é uma possibilidade de financiar sua preservação.

Assim nasceu o Projeto Jufari, no qual o EKOS BRASIL implantou a Base de Pesquisas do Jufari numa importante área no médio Rio Negro, representativa do ecossistema amazônico.

• **Objetivo:** conservar a biodiversidade do bioma Amazônico e preservar o estoque de carbono, ao mesmo tempo em que promove a dignidade e a autonomia econômica da população local.

• **Atividades:** estabelecimento de uma Base de Pesquisas do Jufari, para gerar informações e dados científicos. Suas principais áreas de pesquisa são: estoque de carbono na floresta tropical; biodiversidade; e desenvolvimento comunitário sustentável.

• **Parceiros:** os principais parceiros foram o Museu de Zoologia da USP, o Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia (INPA) e o Instituto Federal Suíço de Tecnologia Zurique.

• **Resultados:**

- Estoque de 197 tC/ha. Análise com base em 40 avaliações de crescimento da biomassa.

- 2.500 pessoas através de 14 comunidades que vivem em harmonia com a floresta;

- Três tipos de rios amazônicos Negro, Branco, Xixuaú com um nível de pH mais elevado e conteúdo mineral dissolvido criando um ambiente para milhares de peixes e outras espécies aquáticas;

- Mais de 450 espécies identificadas de aves de um total de 650 espécies amazônicas conhecidas, incluindo a magnífica águia Harpia, um importante indicador do bom estado da conservação da região;

- Um centro de difusão de espécies de abelhas sem ferrão da Amazônia.

Plano de manejo do Parque Estadual da Serra do Mar

O Plano de Manejo do Parque Estadual da Serra do Mar foi um marco para a conservação da Mata Atlântica, pois é a maior unidade do bioma! O projeto envolveu mais de 20 especialistas das mais diversas áreas; promoveu grandes avanços à população residente do Parque e do entorno e garantiu o reconhecimento das comunidades tradicionais caiçaras, quilombolas e indígenas como guardiãs do patrimônio imaterial.

Nesse sentido, o Ekos Brasil coordenou a elaboração do Plano de Manejo do Parque em parceria com o Projeto de Preservação da Mata Atlântica (PPMA) e o Instituto Florestal, órgão ligado à Secretaria Estadual do Meio Ambiente do Estado de São Paulo.

Com mais de 315.000 ha, o parque abrange 23 municípios e constitui um corredor que liga os remanescentes da Mata Atlântica do sul do Rio de Janeiro ao contínuo ecológico do Vale do Ribeira e do Paraná. Localizado na região de maior desenvolvimento econômico do país, sua gestão reveste-se de uma grande complexidade entre as unidades de conservação paulistas.



Biodiversidade:

- 131 espécies consideradas ameaçadas de extinção,
- 1.265 espécies de plantas vasculares na área do Parque,
- 132 novas citações de espécies arbustivo-arbóreas,
- 373 espécies de aves,
- 144 espécies de anfíbios,
- 46 espécies de répteis,
- 111 espécies de mamíferos,
- Espécies quase não encontradas na natureza há várias décadas foram registradas no Núcleo Itutinga-Pilões, em florestas altimontanas,
- 76 evidências de materiais de patrimônio histórico-cultural, alguns deles no Núcleo Itutinga-Pilões.

Parque Estadual da Restinga de Bertiooga (SP)

A Mata Atlântica é uma das florestas mais ameaçadas do mundo. É considerada uma das áreas mais importantes para a conservação da biodiversidade no planeta e ações que visam sua proteção devem ser prioritárias. No Estado de São Paulo a situação da Mata Atlântica é crítica, a

cobertura florestal original foi reduzida a cerca de 7%, dos quais 5,98% encontram-se no litoral (Fundação SOS Mata Atlântica, 1998; WWF, 2006).



Através de suas ações, o Governo do Estado de São Paulo, por meio da Secretaria do Meio Ambiente, conseguiu na região mais desenvolvida do país poupar da destruição uma das áreas contínuas mais ricas em biodiversidade biológica do bioma: o Parque Estadual da Serra do Mar (PESM), o maior Parque da Mata Atlântica do Brasil. Uma das situações mais críticas porém, encontra-se nas áreas de litoral, onde os remanescentes continuam sofrendo grande pressão. O Plano de Manejo do Parque Estadual da Serra do Mar (São Paulo, 2006) aponta entre as áreas de maior importância para a conservação adjacentes ao PESM, a grande extensão de áreas contínuas de restinga da região de Bertioga e São Sebastião. Boracéia e Barra do Una são categorizadas de acordo com sua importância para a conservação da biodiversidade, como de alta à extrema riqueza de aves e anfíbios. É considerada como a região de maior riqueza de anfíbios conhecida para a Mata Atlântica, apresenta elevado número de espécies ameaçadas de aves, e a vegetação bem conservada forma um importante corredor ecológico até o planalto. A ocorrência de grandes propriedades e o controle dos acessos ajudam a manter uma grande densidade de palmitos e maior número de espécies cinegéticas de aves (São Paulo, 2006).

Com o objetivo de promover a proteção destes importantes remanescentes de Mata Atlântica, o WWF-Brasil em uma parceria com o Instituto Florestal e a Fundação Florestal do Estado de São Paulo, apoiada pelo Ministério do Meio Ambiente/PDA e com a coordenação Executiva do **Instituto Ekos Brasil**, no âmbito do projeto “Criação e Ampliação de Unidades de Conservação no Estado de São Paulo baseada no Princípio da Representatividade”, propõe a elaboração do Diagnóstico Socioambiental para Criação de Unidades de Conservação, no Polígono denominado Bertioga.

Elaboração do plano de manejo do Parque Estadual de Campos do Jordão (SP)

O Parque Estadual de Campos de Jordão (PECJ) é a primeira Unidade de Conservação criada no Estado de São Paulo (1941) e a primeira do país a possuir um Plano de Manejo no Brasil (1975), um marco histórico no planejamento de Áreas Protegidas e Conservação da Biodiversidade.

O Parque possui uma área de 8.341 ha, é uma das áreas protegidas brasileiras mais procuradas principalmente

para o “turismo de inverno” e uma visitação consolidada de cerca de 100.000 pessoas/ano.

• **Objetivo:** buscando a atualização e adequação do PM ao atual contexto do Parque, o Instituto EKOS Brasil consolidou um novo documento capaz de absorver os novos conhecimentos gerados pela ciência e os desafios apresentados à gestão de Unidades de Conservação no território nacional.

• **Parceiros:** equipe de 40 renomados profissionais, e apoio de funcionários do Parque e da população de Campos do Jordão, sob a coordenação geral do Ekos e o acompanhamento e supervisão da Fundação Florestal

• **Biodiversidade:** A rica paisagem do Parque é marcada por um mosaico de ecossistemas singulares de Mata Atlântica, envolvendo Mata de Araucária, Mata de Altitude e Campos de Altitude.



Biodiversidade:

- 843 espécies de plantas vasculares. Destas, 25 espécies sob grau de ameaça, e 2 novas espécies,
- Marcante presença da Araucaria angustifólias, árvore símbolo do Parque,
- 63 espécies da mastofauna,
- 165 espécies da avifauna,
- 98 espécies da herpetofauna,
- 9 espécies da ictiofauna, sendo uma nova espécie,
- 58 espécies consideradas ameaçadas de extinção, 64 endêmicas e 8 são exóticas.



Elaboração do plano de manejo Espeleológico para 32 cavernas do Vale do Ribeira (SP)

O projeto foi considerado como uma epopeia na história da exploração espeleológica, foram 32 Planos de Manejo de uma das mais importantes áreas cársticas brasileiras, com potencial de projeção internacional, localizada numa área contínua do remanescente da Mata Atlântica do Estado de São Paulo.

• **Objetivo:** foram mais de 30 km de galerias subterrâneas mapeadas e identificadas como ricas em biodiversidade e formações espeleológicas. O projeto contribuiu com o desenvolvimento de uma metodologia para o zoneamento de cavernas, e estabelecimento de indicadores para a proteção e para o uso responsável.

• **Parceiros:** O EKOS Brasil coordenou o projeto e reuniu mais de 100 renomados técnicos e cientistas para elaborar simultaneamente os planos de manejo espeleológico das cavernas distribuídos em 4 Parques Estaduais geridos pela Fundação Florestal, (Parque Estadual Intervales, PETAR, Parque da Caverna do Diabo e Parque do Rio do Turvo).



• Destaques socioambientais:

-22 comunidades tradicionais e rurais envolvidas no processo;

-10 sítios arqueológicos descobertos;

- Foi identificado que há em cada ecossistema cavernícola particularidades quanto a fauna. Nenhuma caverna apresentou os mesmos resultados que outra. Isso significa que quaisquer perturbações cujas consequências ultrapassem o ponto crítico de resiliência do sistema, implicarão necessariamente em perda de diversidade.

Plano de manejo do Parque Estadual do Jurupará (SP)

O Ekos Brasil está construindo em conjunto com a Fundação Florestal o Plano de Manejo do Parque Estadual do Jurupará (PEJU), na região dos municípios de Ibiúna e Piedade.

A importância da conservação deste Parque vem deste pertencer a um dos maiores corredores de Mata Atlântica do país, integrado desde 1991 à Reserva da Biosfera Mata Atlântica. Além disto, a área é importante abrigo de mananciais e está inserida na bacia hidrográfica do Ribeira de Iguape, sub-bacia do Alto Rio Juquiá. Ao longo dos trabalhos de elaboração do Plano de Manejo do PEJU foram encontradas 68 espécies de fauna e flora ameaçadas de extinção, além de 182 endêmicas. Foram ainda feitos mais de

300 novos registros de ocorrência de espécies na área do Parque.



Mas este patrimônio biodiverso está ameaçado por atividades predatórias como caça e pesca, extração de produtos florestais não madeireiros (palmito, p.ex.) e outras atividades de uso direto dos seus recursos naturais. A ocupação humana nas áreas do PEJU conflita com seus objetivos e pode ser considerada uma ameaça à biodiversidade e também à resolução das pendências fundiárias do Parque, entre outras.

Esta ocupação se deu quando do estabelecimento de descansos dos tropeiros que seguiam do sul do país para a região de Sorocaba nos séculos XVII e XVIII. Estes pequenos povoados evoluíram até se transformarem recentemente em cidades. A população local, hoje, se caracteriza por dois grupos distintos de “nativos” (população tradicional) e “sitiantes” (migrantes).

A criação da unidade de conservação deve-se à necessidade de proteção e conservação da riqueza de seus recursos hídricos e à necessidade de garantir a conservação do fragmento de Mata Atlântica que existe na área do Parque, além de contribuir para o crescimento do “mosaico” regional de Unidades de Conservação deste bioma. Os recursos hídricos do PEJU podem ser, futuramente, a garantia de abastecimento de água de qualidade para a capital do Estado e cidades adjacentes, já que a demanda por este recurso natural continua crescente.

Plano de manejo do Parque Estadual Carlos Botelho (SP)

Criado em setembro de 1982, o Parque Estadual Carlos Botelho é uma das 26 unidades de proteção integral administradas pelo Governo do Estado de São Paulo (Fundação Florestal/Instituto Florestal). A região abriga importantes nascentes do rio Ribeira do Iguape. Diversos rios são drenados para o rio Juquiá, importante tributário do rio Ribeira do Iguape. Foram identificadas no parque:

- 1.110 espécies de plantas vasculares, 39 espécies arbóreas ameaçadas de extinção,

- 70 espécies de anfíbios, 4 ameaçadas de extinção,

- 111 espécies de mamíferos, 20 deles ameaçadas de extinção, como o muriqui ou mono-carvoeiro (*Brachyteles arachnoides*),

- 342 espécies de aves, 29 ameaçadas de extinção, incluindo a Jacutinga (*Aburria jacutinga*),

- 31 espécies de répteis, 5 ameaçadas de extinção.



O Plano de Manejo, coordenado pelo Instituto Ekos Brasil, foi elaborado em módulos temáticos, partindo sempre de diagnósticos que potencializaram o conhecimento gerado anteriormente; a partir das análises dos diagnósticos, os levantamentos primários foram realizados e consolidaram a caracterização do Parque como um todo.

O resultado revelou novidades e acentuou questões já bem conhecidas: a caracterização do ambiente físico indicou que o Parque é um verdadeiro doador de água e, com exceção de um pequeno riacho, não recebe contribuições de drenagens de fora, ou seja, o Parque está protegido de potenciais contaminações advindas de rios externos; a caracterização da biodiversidade indicou que há grande diversidade de fisionomias vegetais, algumas bastante raras para o bioma Mata Atlântica, mas revelou também uma nova preocupação relacionada às grandes áreas ocupadas por bambu, tanto no PECB, como nos parques vizinhos; a caracterização do meio antrópico, entre outros pontos, indica a irrefutável urgência em se apontar soluções conjuntas para a questão do palmito juçara, tanto pelo que representa sua supressão para a fauna e o equilíbrio da floresta, quanto pelo conflito socioambiental estabelecido, principalmente no Vale do Ribeira.

Muitos outros temas foram destaques no Plano de Manejo: a riqueza da fauna, em todos os grupos estudados, a gestão eficiente da visitação pública, o estabelecimento de formas de relacionamento com parceiros locais e regionais a partir das recomendações estabelecidas para a Zona de Amortecimento, e muitos outros.

Parque Municipal Nascentes do Paranapiacaba (SP)

O Parque Natural Municipal Nascentes de Paranapiacaba foi criado em junho de 2003 pelo decreto nº 14.937 e possui uma área de 4.261.179,10 m², no Município de Santo André, SP.

A área do Parque Natural Municipal Nascentes de Paranapiacaba (PNMNP) localizada no Estado de São Paulo, Município de Santo André, é um importante remanescente de Mata Atlântica ainda preservada na região metropolitana da cidade de São Paulo (RMSP).

A área onde está inserido o PNMNP constitui-se de unidades geomorfológicas pertencentes ao Planalto Atlântico de acordo com a divisão geomorfológica do Estado de São Paulo proposta pelo IPT (1981) baseada em Almeida (1964). Tal relevo está condicionado à natureza local de suas rochas,

além dos efeitos do clima tropical úmido, sendo dessa forma, classificados como relevos de degradação em planaltos dissecados, que vem sofrendo processos de denudação sobre os filitos, micaxistos, gnaisses e migmatitos que os constituem.

A importância de analisarem-se os condicionantes lito-estruturais do relevo deve-se ao fato de tentar esclarecer a relação entre a distribuição das formas e os processos morfodinâmicos pela estabilidade dos materiais que os constituem. Principalmente em áreas como esta, sujeitas a intensos processos intempéricos pela ação do clima quente e úmido, associado a fortes declividades, é fundamental reconhecer e identificar áreas com diferentes comportamentos quanto à estabilidade de encosta, movimento de massa e escorregamentos.

Além disso, neste trabalho coordenado pela Instituto Ekos Brasil, foram caracterizados, qualificados e quantificados toda a cobertura vegetal do Parque, visando produzir subsídios para a elaboração de diretrizes e propostas do plano de manejo.



EVENTOS

X Seminário sobre remediação e revitalização de áreas contaminadas

Sob os auspícios da Ekos Brasil, aconteceu entre os dias 28 e 30 de setembro de 2016, no SENAC de Santo Amaro, o décimo seminário sobre remediação e revitalização de áreas contaminadas (X Seminário Ekos Brasil). As palestras foram nos dias 28 e 29 e o workshop no dia 30.

Nesse encontro discutiu-se sobre os conceitos de remediação sustentável, bem como métricas e indicadores para a implementação de projetos utilizando esses preceitos no contexto brasileiro. O encontro contou com o apoio de várias empresas tanto nacionais como estrangeiras assim como da CETESB.

Estiveram presentes palestrantes de várias nacionalidades, especialmente aqueles voltados para a investigação em alta resolução e tempo real e em desenvolvimentos de modelos conceituais (MCA). O MCA é uma das principais ferramentas utilizadas em gestão de áreas contaminadas, que dá suporte às decisões sobre a exposição e remediação para que esta possa ser técnica/economicamente viável.

Além disso, foi abordado, quanto aos fatores ambientais e aspectos físico-químicos, os casos de vapores

liberados no subsolo e na água subterrânea, que podem causar riscos à saúde para receptores na superfície.

Há 12 anos o evento vem cumprindo o seu objetivo de difusão de conhecimento, networking e troca de experiências entre os profissionais atuantes no segmento. A nona edição do evento contou com a participação de 330 pessoas, totalizando 136 organizações presentes, tornando-se o maior evento da América Latina sobre o tema.

Fonte: <http://nathanbernardoni.jusbrasil.com.br/noticias/316920418/x-seminario-sobre-remediacao-e-revitalizacao-de-areas-contaminadas> e http://seminario.ekosbrasil.org/?gclid=Cj0KEQjwnKzABRDy2pb7nP5azdsBEiQA14IZQM2TIRmoZq0fDnZov9kXVRrLfAY_r85rjaFPbZt_qJ0aAts-8P8HAQ

MEIO AMBIENTE É DESAFIO NO SÉCULO XXI

Diante de uma sociedade capitalista, são elevados os investimentos nos setores industrial e tecnológico pela busca desenfreada do desenvolvimento econômico, intensificando a crise ambiental no qual a natureza sofre com os impactos negativos. O meio ambiente é a mercadoria geradora de lucros, agravando os problemas socioambientais relacionados à sustentabilidade da escassez dos recursos hídricos, energia, poluição, biodiversidade, mudanças climáticas e crescimento populacional.

Atualmente, existe uma maior preocupação com os problemas ambientais, em que o governo e sociedade buscam infinitas soluções que possam ser colocadas em prática através de novos modelos de gestão ambiental, implementação de políticas públicas simples, projetos e acordos, a fim de que todos possam ter acesso a estas novas propostas com foco no desenvolvimento sustentável, visando a mitigação e prevenção dos problemas ambientais.

Infelizmente, percebo que as discussões em torno das questões ambientais, na tentativa de inculcar na população uma conscientização a respeito do tema, além de ainda serem poucas, acontecem de forma fragmentada. O ser humano acredita que está imune a tais adversidades, competindo a ele apenas fiscalizar, controlar e fazer uso dos recursos. Mas, como podemos contribuir com um meio ambiente sustentável?

É preponderante ao processo, mudanças de hábitos e atitudes, pois implica no papel de cidadão, no cumprimento de seus direitos e deveres. Parece simples, mas é de fato uma realidade difícil de superar, pois o ser humano é resistente a qualquer modificação em sua forma de viver e muitas vezes só aprende, ou talvez não, com a punição, como é o caso do Rio de Janeiro, que lançou este mês o Programa Lixo Zero que penalizará quem for flagrado jogando lixo no chão. É óbvio que a aplicação de multas não resolverá o problema, mas fará o cidadão refletir sobre o seu ato.

Também é essencial a ampliação de informações, debates e ações que sigam em direção a uma educação que possa interagir o ser humano ao seu ambiente real, levando-o a refletir diretamente no problema que o envolve. Há necessidade de uma democracia participativa, em que a população não apenas contribua para preservar o meio ambiente, mas fiscalize as políticas ambientais do governo e denuncie as irregularidades e os crimes ambientais que chegarem ao seu conhecimento.

O campo educacional assume o desafio de impulsionar as transformações ambientais através da formação de valores de sustentabilidade, pois sobre esta perspectiva, enfatizo que a maior conscientização sobre a temática ambiental está principalmente na população jovem, o que torna ainda mais importante, pois ela apresentará novas posturas diante dos novos paradigmas de educação.

A democratização de discussões sobre as questões ambientais, principalmente com o uso das ferramentas das mídias sociais, propicia a repercussão imediata de atitudes corretas e a divulgação de ações ambientais positivas a toda população, iniciando pelo ambiente escolar, pois como já afirmei os jovens serão os responsáveis pela transformação social e a base para a conscientização de todos contra a degradação ambiental visando um novo modelo de sociedade sustentável.

Joelma Maria Lopes Rodrigues Ruano é professora do Colégio Arbos, em Santo André

Fonte: RD Repórter Diário,

<http://www.reporterdiario.com.br/noticia/406863/meio-ambiente-e-desafio-no-seculo-21/>; 19/06, 20:57

REVISTA “MEIO AMBIENTE E SUSTENTABILIDADE”



Cadastre-se na página

<http://www.grupouninter.com.br/revistameioambiente/>

e mantenha-se atualizado acessando uma publicação semestral que objetiva constituir-se em um instrumento de comunicação, divulgação e intercâmbio de práticas, reflexões e resultados de pesquisas no Campo do Meio Ambiente.

DATAS A SEREM LEMBRADAS NO PRIMEIRO SEMESTRE DE 2017

22 de Março – Dia Mundial da Água.



Cataratas de Foz do Iguaçu no Paraná (foto Denis Ferreira Netto)

Nesse dia, se destaca a importância da água potável e do manejo sustentável dos recursos hídricos. O Dia Mundial da Água foi criado pela Assembleia Geral da Organização das Nações Unidas, através da Resolução A/RES/47/193 de 22 de fevereiro de 1993, como todo o dia 22 de março de cada ano. Um dia destinado a discussão e reflexão sobre os diversos temas relacionadas a este importante bem natural.

Apenas **0,008 %**, do total da água do nosso planeta é potável (própria para o consumo) apesar de dois terços da Terra serem constituídos por água. As fontes de água – rios, lagos e represas – estão sendo contaminadas e poluídas pela ação do homem, que constantemente vem destruindo o meio em que vive. O pouco de água doce que resta está ameaçado. A degradação resulta na falta de água para o abastecimento e consumo.

No dia 22 de março de 1992, Dia Mundial da Água, a ONU divulgou um importante documento: a Declaração Universal dos Direitos da Água. Este texto apresenta uma série de medidas, sugestões e informações para despertar a consciência ecológica da população e dos governantes sobre a questão da água.

27 de Maio – Dia da Mata Atlântica.



Serra Vermelha no Piauí

A Semana Nacional da Mata Atlântica foi instituída para valorizar o segundo bioma mais ameaçado de extinção

do planeta: a **Mata Atlântica**. Desde o ano 2000 este evento é realizado a cada ano em uma cidade onde há ocorrência do bioma. Nessa data, governos e organizações que atuam em defesa do bioma chamam a atenção para a importância do engajamento de ações de recuperação e preservação da Mata Atlântica. A proteção e utilização do Bioma Mata Atlântica, patrimônio nacional, observarão o que estabelece a Lei da Mata Atlântica, bem como a legislação ambiental vigente.

05 de Junho – Dia Mundial do Meio Ambiente. O Dia Mundial do Meio Ambiente é comemorado em 5 de junho. A data foi recomendada pela Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente, realizada em 1972, em Estocolmo, na Suécia. O Dia Mundial do Meio Ambiente, também denominado WED, chama a atenção e ação política de povos e países para aumentar a conscientização e a preservação ambiental. Através do Decreto Federal nº 86.028, de 27 de maio de 1981, o governo brasileiro também estabeleceu que neste período em todo território nacional se promovesse a Semana Nacional do Meio Ambiente que tem por finalidade apoiar a participação da comunidade nacional na preservação do patrimônio natural do País.



O Dia Mundial do Meio Ambiente começou a ser comemorado em 1972, com o objetivo de promover atividades de proteção e preservação do meio ambiente e alertar o público mundial e governos de cada país para os perigos de negligenciarmos a tarefa de cuidar do meio ambiente.

Foi em Estocolmo, no dia 5 de junho de 1972, que teve início a primeira das Conferências das Nações Unidas sobre o ambiente humano (durou até dia 16) e por esse motivo foi a data escolhida como Dia Mundial do Meio Ambiente.

Frases e Mensagens para o Dia do Meio Ambiente

"É triste pensar que a natureza fala e que o gênero humano não a ouve". - Victor Hugo

"Ambiente limpo não é o que mais se limpa e sim o que menos se suja". - Chico Xavier

"Cada dia a natureza produz o suficiente para nossa carência. Se cada um tomasse o que lhe fosse necessário, não haveria pobreza no mundo e ninguém morreria de fome". - Mahatma Gandhi

Contribuição do CL Milton Bezerra da Silva

A FALÁCIA DO CAPITAL NATURAL

Ao longo dos últimos dez anos, uma rede cada dia mais forte de "stakeholders" estratégicos e organizações não governamentais com influência e atuação internacional promoveu a ideia de um "capital natural". Essa seria a chave

para o desenvolvimento sustentável, em particular para expressar questões de conservação em termos que economistas, políticos e CEO's entendem.

No recente Congresso Mundial de Conservação, realizado pela IUCN no Havaí, o "capital natural" esteve onipresente no lançamento do Protocolo do Capital Natural e o anúncio de uma nova coalizão que visa desenvolver a financeirização da conservação.

No "site" do Fórum do Capital Natural, o conceito é descrito nestes simples termos: "A comida que comemos, a água que bebemos e os materiais que usamos para produzir combustível, equipamentos ou medicamentos". Este exemplo é fundamentado na suposição de que o conceito do "capital natural" pode se tornar a base para uma economia sustentável. Mas dois argumentos principais deste programa (que a natureza pode ser vista como um capital e de prestação de serviços e que o capital pode se tornar a base para uma economia sustentável) estão baseados em enganos; enganos que agravarão os efeitos negativos da nossa economia de crescimento globalizado, e não combatê-los.

Crescimento verde ilusório

Certificar como "capital natural" o alimento que comemos e a água que bebemos só tem sentido no contexto de um crescimento econômico que não é nosso. Nesse contexto, tudo deve ser considerado um "capital". Em seguida, é necessário clarificar o verdadeiro significado dessa palavra. Na linguagem cotidiana e de acordo com algumas teorias econômicas, o capital é muitas vezes visto como um "estoque" ou como um conjunto de ativos. Mas, é preciso ver o capital como um processo, uma dinâmica.

Trata-se de investir dinheiro (ou valores) para ganhar mais dinheiro (ou valores). Em suma, o capital é o valor em movimento.

O capital num sistema de economia capitalista, nunca é investido para render nada. O objetivo é sempre obter mais dinheiro ou valores, muito além do que fora investido inicialmente. Caso contrário, não seria capital.

Segue-se que o deslizamento do conceito de "natureza" para o de "capital natural" não é uma mudança de terminologia inocente, que consiste na utilização de um novo termo para significar a mesma coisa. É mais uma reconceitualização, de uma reavaliação fundamental da natureza. Para os defensores do "capital natural", a natureza trabalha para o crescimento capitalista. Isso foi então chamado de "crescimento verde" o que é um eufemismo adocicado.

Se o deslizamento do conceito de "natureza" ao do "capital natural" é um problema, é também porque ele pressupõe que as diferentes formas do capital – humano, financeiro, natural – são equivalentes e intercambiáveis.

Na prática – embora os partidários do "capital natural" o neguem enfaticamente – isso significa que tudo pode ser expresso numa unidade comum e quantitativa: dinheiro. Mas os elementos naturais, inerentemente complexos, qualitativos e heterogêneos, como esses mesmos adeptos reconhecem, não podem resultar em unidades monetárias quantitativas e homogêneas.

Além disso, existe uma contradição fundamental entre a natureza ilimitada do dinheiro (sempre pode gerar

mais dinheiro) e os limites do "capital natural" (nem sempre se pode transformar o "capital natural" em capital monetário).

O conceito de "capital natural" é, portanto, intrinsecamente antiecológico e tem muito pouco a ver com a valorização da natureza ou com o fato de fazer o seu valor tangível. Esta é uma forma de exploração da natureza que tem como objetivo promover e legitimar uma economia em declínio.

Investimento insignificante

O outro postulado dos partidários do capital natural consiste em afirmar que ele permite lançar as bases para uma sociedade sustentável. Na prática, no entanto, é claro que a maioria das empresas e governos não querem investir num "capital natural". Assim, mesmo que se colem etiquetas de preços nos elementos naturais – sabendo que é impossível determinar o valor total da natureza – uma recente pesquisa mostra que os mercados dedicados ao "capital natural" e aos serviços dos ecossistemas estão falidos. Na realidade não são, de forma alguma, mercados, mas sim subsídios disfarçados.

Além disso, os investimentos privados a favor do "capital natural" são insignificantes em comparação com os investimentos em atividades econômicas não sustentáveis. Estas atividades são muito mais rentáveis, e são uma forma do capital onde o "valor em movimento" é mais eficiente.

Quando o Governo do Equador, por exemplo, solicitou a empresas do país que conservassem a área protegida do Parque Nacional Yasuni, as promessas de investimento permaneceram bem abaixo do que se esperava e as aplicações financeiras reais foram ainda muito menores do que fora anunciado. Resultado: o país agora permite que as empresas perfurem o Parque para extrair petróleo.

Além disso, afirmar que o "capital natural" ajuda a tornar tangível o valor da natureza é um argumento hipócrita. O valor da natureza é perfeitamente visível para os investidores: eles sabem que a destruição é muito mais rentável do que investir para salvar a natureza.

Destruir com o pretexto de proteger

De forma alarmante, o "capital natural" leva à destruição da natureza, sob o pretexto de protegê-la. Os programas baseados no "capital natural" geralmente oferecem compensar a destruição da natureza, e esta destruição gera os fundos necessários para investir na sua conservação. De acordo com a lógica do "capital natural", os investimentos em atividades econômicas não sustentáveis são "compensados" pelos investimentos equivalentes em atividades econômicas sustentáveis.

Em teoria, esta prática deve resultar em nenhuma perda líquida – ou melhor, ainda, com um impacto líquido positivo sobre a natureza e a biodiversidade. Na verdade, ela leva a uma contradição insustentável ao induzir que a natureza só pode ser preservada se primeiro for destruída.

Mas, como mencionado, há um problema virtual porque os investimentos reais na conservação do "capital natural" são insignificantes. Pior ainda, as empresas costumam investir muito mais dinheiro em poderosos lobbies para manter a regulamentação ambiental com o mínimo controle, regulamentações e normas possíveis. Se eles

sinceramente acreditassem na rentabilidade da conservação, teriam menos vontade de continuar com esse lobby.

As perguntas difíceis

A conclusão é clara: o “capital natural” não é uma forma realista de integrar a natureza na economia ou fazer seu valor tangível. Esta é uma ilusão que agrava e legitima a crise ambiental. E se alguns acreditam no seu potencial, a maioria dos investidores que dirigem o atual sistema econômico sabe muito bem que falar de “capital natural” é ilusório.

Entretanto, fazendo a promoção deste conceito, eles também sabem que questões mais importantes sobre a lógica do sistema econômico vigente e sobre aqueles que se beneficiam, não serão formuladas.

Não é hora de sair de uma economia baseada no fetichismo de um crescimento que não é sustentável? Não deveríamos considerar a construção de uma economia centrada no ser humano, na natureza e na igualdade, em vez de insistir num investimento financeiro destinado a criar cada vez mais riqueza? Não podemos apostar numa economia centrada na qualidade de vida, em vez da quantidade do crescimento?

Com um pouco de imaginação, as respostas a estas perguntas não são apenas simples, mas também pragmáticas, lógicas e verdadeiramente sustentáveis. (Eco21/ #Envolverde)

Bram Büscher e Robert Fletcher são professores de Sociologia do Desenvolvimento e Mudança, Universidade de Wageningen. Publicado originalmente na edição 240 da Eco21.

CRISE AGRÍCOLA, MESMO COM CHUVA

La Paz, Bolívia, 2/12/2016 – As chuvas finalmente chegaram à Bolívia, embora com grande atraso, rompendo a pior seca em 25 anos, que impactou a atividade agrícola, com milhares de pequenos produtores lamentando a morte de gado e vendo plantações murcharem, e com o governo organizando ações de emergência. “Hoje (29 de novembro) houve a primeira chuva forte que fez correr água pelos canais de irrigação”, contou à IPS, com voz esperançosa, Jaime Mendieta, prefeito do município de Pasorapa, um vale agrícola que fica a dois mil metros de altitude, no departamento de Cochabamba.

Quase simultaneamente, o produtor de frutas e hortaliças Nué Morón contou que as chuvas chegaram no dia 28 à sua região, Saipina, município dos vales no departamento de Santa Cruz, com elevações entre 928 e 2.540 metros de altitude. Tanto Mendieta como Morón são testemunhas de uma temporada agrícola que começou em novembro de 2015 com níveis de chuvas muito baixos e meses de escassa produção de alimentos e forragem para o gado, em uma seca que os especialistas atribuem ao fenômeno El Niño/Oscilação do Sul.

A perdas nas áreas produtoras de alimentos da Bolívia, que em sua totalidade foram afetadas pela seca, estão estimadas até agora em US\$ 500 milhões, por causa dos efeitos da seca em cerca de 207 mil hectares de diversos cultivos e à morte de aproximadamente 277 mil cabeças de gado. Nesse país encravado no centro da América do Sul,

com 10,9 milhões de habitantes, dos quais 33% vivem em áreas rurais, o setor agropecuário contribui com 10% do produto interno bruto, segundo dados oficiais do segundo semestre deste ano.

A situação é “um tanto crítica”, reconheceu à IPS o responsável pela Unidade de Contingência do Ministério de Desenvolvimento Rural, Franklin Condori, ressaltando que cerca de 50 municípios da zona altiplana dos departamentos de Oruro, Potosí, Chuquisaca e La Paz solicitaram ajuda em forragem, produtos veterinários e bebedouros para animais.

“As chuvas se deslocaram para o Oceano Pacífico com padrões de circulação que não foram normais”, explicou à IPS a chefe da Unidade de Prognósticos do Serviço Nacional de Meteorologia e Hidrologia, Marisol Portugal. A análise indica que as regiões de altiplano dos departamentos de La Paz, Oruro e Potosí e parte do vale boliviano sofreram um grave déficit de precipitação pluvial.

Segundo Marisol, “eram esperadas chuvas no nível dos 46,3 milímetros (à razão de um milímetro de água para cada metro quadrado), mas choveu apenas 25,4 milímetros. Esperamos que em dezembro suba até 83 milímetros”. Em um ano impactado pelo El Niño, o responsável de Risco Agrícola, Sergio Alonso Campero, disse à IPS que nos últimos dois meses emitiu boletins de recomendação aos agricultores para que atrasassem a semeadura até os últimos dias de novembro e princípios de dezembro.

As altas temperaturas, incomuns em várias regiões, combinadas com o déficit de chuvas e a evaporação das águas, diminuíram o recurso hídrico para os cultivos e todos esses fatores derivaram na grave seca, explicou Marisol. A seca não açoitou apenas as zonas rurais, mas também provocou esgotamento das reservas de água nas represas que abastecem as principais cidades, entre elas La Paz, sede do governo, o que deixou parte da população sem fornecimento de água.

Em La Paz e na vizinha cidade de El Alto, foi preciso estabelecer um serviço de emergência de fornecimento de água com caminhões-pipa para atender um terço de seus habitantes. Manifestações de protesto pela crise de abastecimento de água aconteceram nessas duas cidades nos dias 23 e 28 de novembro, com o pedido de renúncia da ministra de Meio Ambiente e Água, Alexandra Moreira, e a exigência de construção de novas represas para atender uma demanda em crescimento.

A situação já havia obrigado o presidente do país, Evo Morales, a decretar situação de emergência nacional no dia 21 de novembro. Nesse contexto, ordenou a redistribuição de recursos financeiros nos nove departamentos do país e nos 339 municípios, além de declarar o fornecimento de água potável de interesse social. Outros dois decretos anteriores, dos dias 2 de agosto e 21 de setembro, haviam destinado cerca de US\$ 7 milhões para assistência a pequenos produtores com forragem, alimento balanceado e sementes de batata, trigo e alfafa.

O responsável pela distribuição da ajuda, Franklin Condori, previu que, entre dezembro e janeiro, se normalizará o ciclo agrícola e anunciou um período de chuvas nas zonas afetadas pela seca. Entretanto, o sudeste do departamento de Cochabamba, no município de Pasorapa, o prefeito Mendieta lamenta a perda de cultivos de milho, trigo, batata e cebola.



Mendieta estimou que alguns agricultores deixaram de receber aproximadamente US\$ 7,2 bilhões porque não conseguiram produzir, em média, 32 mil quilos de milho em consequência da falta de água nos sistemas de irrigação. “Há esperança para a nova semeadura, a anterior, entre novembro de 2015 e abril de 2016, foi perdida”, acrescentou. A pecuária da região sofreu outro embate e os cálculos de Mendieta indicam que cerca de 1.200 cabeças de gado morreram entre aproximadamente 18 mil que ficaram agonizantes por falta de forragem e água.

Em Saipina, 240 quilômetros a leste da cidade central de Santa Cruz de la Sierra, 800 hectares de cultivos de melancia, tomate, batata, pimentão e cebola desapareceram. “É a maior perda em uma década, devido à mudança climática, e agora é necessária ajuda imediata com sementes, porque não temos dinheiro para comprar”, ressaltou Morón.

Em outro dado significativo do impacto da seca, a Associação de Produtores de Oleaginosas e Trigo, do departamento de Santa Cruz, confirmou queda na produção de soja, trigo, girassol, milho, sorgo e chia de 726.490 toneladas métricas, significando perda de US\$ 205,5 milhões.

O Instituto Boliviano de Comércio Exterior informou à IPS que a falta de chuvas deste ano poderia dificultar a soberania alimentar da Bolívia, com tendência à importação de alimentos e risco de perda de mercados para os produtores nacionais. Envolverde/IPS

*Por Franz Chávez, da IPS –
Blog do James Pizarro em*

<http://antesqueanaturezamorra.blogspot.com.br/search?updated-min=2016-01-01T00:00:00-08:00&updated-max=2017-01-01T00:00:00-08:00&max-results=50>

FALTA DE SANEAMENTO: UM PROBLEMA CRÔNICO NO BRASIL

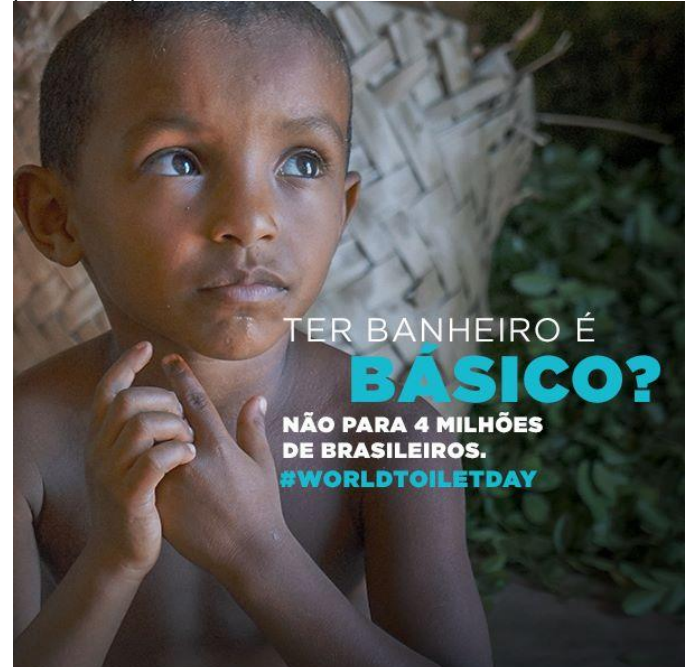
Comunidades da Amazônia são as mais impactadas. Pesquisa revela que 4 milhões de brasileiros não tem banheiro em suas casas.

A campanha “Metade de Nós”, idealizada pela Unicef (Fundo das Nações Unidas para a Infância) e pela marca Neve, do grupo Kimberly Clark, está apontando para uma realidade esquecida pelas políticas públicas: a falta de saneamento básico e banheiros na região Amazônica.

Com uma parceria recente entre as instituições, cerca de 300 municípios da Amazônia estão sendo mobilizados para

garantir condições de saneamento básico e educação ambiental na região. Segundo uma pesquisa do Sistema Nacional de Informações sobre Saneamento (SNIS), 30 milhões de pessoas não tem acesso à água tratada no país. E 4 milhões de brasileiros não tem banheiro nas suas casas. Deste total, 450 mil crianças e adolescentes não tem banheiro na região do Semiárido, em consequência 400 mil pessoas são internadas anualmente com casos de diarreia.

A realidade do Brasil é avaliada por especialistas como crônica. Em ranking internacional, com 200 países, o Brasil ocupa a 112ª posição. Os dados colocam o país num patamar equivalente as cidades subdesenvolvidas na África.



Cerca de 300 municípios da Amazônia carecem de condições adequadas de saneamento básico Foto: Arquivo Neve

Para Unai Sacona, chefe da Plataforma Amazônia da Unicef, o Brasil dá as costas para a Amazônia, local onde moram 7 milhões de crianças e adolescentes. Ele considera que o problema radica da falta de consciência ambiental e conhecimento ecológico, porque a população não foi educada para entender que é um esforço de anos e não de meses. “A situação pode até parecer comum no local, mas é complexa e envolve múltiplas consequências. Uma criança que não tem água nem esgoto na escola pode ficar doente, logo não terá acesso a atendimento de saúde decente, o que vai gerar dificuldade na educação, prejuízo e pobreza. Tudo está interligado. Não adianta instalar banheiros se as pessoas vão vender estes. Precisamos reeducar”, acrescenta.

A Unicef e a Neve pretendem durante os próximos três anos estabelecer diálogos e acordos com os governadores. Sacona afirma que a prioridade não será avaliar dados de indicadores e sim debater com os moradores as necessidades de cada família e município, para criar um plano de ação. Segundo ele algumas das soluções a esta problemática estão na educação ambiental, não ficando restritos a temática de coleta de lixo.

O pouco entendimento da população e os governos complica o processo. 70% dos brasileiros nunca cobrou por saneamento básico nas eleições, e 50% da população não pagaria por um serviço de saneamento de qualidade. A obrigação dos municípios é elaborar um plano local de saneamento para ter acesso aos recursos federais. A

expectativa era que todas as prefeituras brasileiras entreguem este plano, no entanto só 30% das cidades cumpriu com o compromisso e o prazo foi prorrogado até 2024.

Impacto midiático

Fernanda Hermanny, diretora da Family Care da Kimberly-Clark, acredita que o impacto da informação é importante para entender cenários até então desconhecidos. “Quando decidimos abordar a temática de saneamento básico, pensamos no Semiárido e no Cerrado. Porém ficamos surpresos ao ver como esta realidade é crítica na Amazônia. Os brasileiros precisam ter consciência disso”, comenta.

A parceria da Neve com a Unicef surgiu este ano na procura de inovação para um mercado que tem relação com os banheiros e a higiene das pessoas. A campanha acontecerá nos próximos três anos, levando o saneamento e outras questões ambientais críticas ao debate em todo o Brasil. Com o selo “UNICEF Município Aprovado”, a ideia é capacitar e monitorar gestores, técnicos, lideranças comunitárias para melhoria nas comunidades.

“O impacto da aliança permitirá chamar a atenção do público. Se uma marca grande como a Kimberly-Clark, que tem estratégias fortes de alcance digital, está com a gente, o caminho será mais simples”, diz Unai Sacona.

Os produtos da Neve já estão nos pontos de venda com o logo e informações da campanha. Mais de 30 mil pacotes de quatro rolos terão uma carta escrita por uma criança moradora destas localidades.

O vídeo oficial da campanha, alcançou durante as primeiras semanas de lançamento 100 milhões de visualizações. Para interagir com o consumidor, a campanha tem uma plataforma que monta um GIF com a metade dos rostos da cidade de Milagres, no Maranhão, município com menor número de banheiros no país.

A divulgação se realizará pelas redes sociais e canais de TV. Para conhecer mais do projeto visite o site banheirosmudamvidas.com.br. (#Envolverde)

Por Katherine Rivas, da Envolverde –
Blog do James Pizarro em

<http://antesqueanaturezamorra.blogspot.com.br/search?updated-min=2016-01-01T00:00:00-08:00&updated-max=2017-01-01T00:00:00-08:00&max-results=50>

CHARGES ECOLÓGICAS



QUE CADA UM FAÇA A SUA PARTE



No dia 8 de novembro do presente ano, o Lions Clube de Ilha Solteira, juntamente com alunos da Escola Municipal de Ensino Fundamental, procedeu ao plantio de oito mudas de árvores.

O plantio se deu na praça Lions CL Silvio Markowski Samara.



Foram plantadas duas palmeiras e seis árvores frutíferas



ONTEM E HOJE

No dia 28 de Setembro de 2014, realizou-se em Ilha Solteira a XVI LEOPÍADAS. O LC de Ilha Solteira uniu-se ao LEO CLUBE, auxiliando na organização do evento, supervisão e prestando todo o apoio necessário à sua realização, para que as atividades fossem realizadas conforme programado por seus coordenadores. Entre todas as atividades realizadas, uma que marcou o evento por sua importância no que se refere aos cuidados com o Meio Ambiente, foi um grande plantio de árvores realizado em uma área pública destinada para este fim. Com muito entusiasmo e conscientes de sua importância para as gerações futuras, Lions e LEOS se uniram para efetuar o plantio de um grande número de árvores. Dois anos se passaram e hoje temos a grata satisfação de mostrar o resultado deste plantio. Nesta área, hoje podemos apreciar todos os benefícios que resultaram do plantio das mesmas. Não só a sombra, o frescor e os frutos nos encantam, mas também o retorno da fauna e da flora. São diversas aves e diversos cantos que nos encantam a todo instante. Temos a certeza de que não fomos capazes de resolver todos os problemas que afligem o nosso meio ambiente, mas fica aqui a certeza de que, **“Fizemos a Nossa Parte”**.



Com a presença de 85 LEO's do Distrito LEO LC8, foram plantadas, diante do Córrego Sem Nome, na cidade de Ilha Solteira, 500 mudas de árvores nativas, entre elas vários tipos de Ipê, Pitangas, Canudos-de-pito, Guajuveiros, Guatambús, Jacarandás, Embaúbas, Sangras-d'água e Marmelos.





Hoje podemos ver o resultado desse plantio nos corredores vegetais registrados nas fotos abaixo.





Colaboração CCLL Milton Bezerra da Silva e Fátima Koshiyama

UM BOM NATAL A TODOS



Feliz Ano Novo

"O segredo para um Ano Novo cheio de alegrias e conquistas está guardado dentro de cada um de nós, aqueles que conseguem se lembrar onde guardaram esses valores poderão resgatá-los a qualquer momento transformando o mundo ao seu redor num lugar mais digno e propício para colher os bons frutos plantados durante a vida." (Luis Alves) frasesdeanonovo.com.br